The background of the cover is a blurred, high-angle photograph of a busy city street. The street is filled with cars, and tall buildings line both sides. The image is slightly out of focus, creating a sense of movement and depth. The colors are muted, with a lot of greys, blues, and browns.

A METRÓPOLE SOB O OLHAR DO ANTROPÓLOGO

José Guilherme Cantor Magnani

RESUMO

A partir da visão convencional que reserva ao antropólogo o estudo de povos de pequena escala, no contexto de pequenas comunidades, o artigo levanta a questão de se o método etnográfico pode ser aplicado, com proveito, à realidade das atuais metrópoles em toda a sua complexidade. Para tanto, são apresentadas algumas estratégias desenvolvidas pela antropologia urbana e, a partir de um “experimento de inspiração etnográfica”, conclui-se que, em virtude do “olhar de perto e de dentro” que o orienta, é possível captar lógicas da dinâmica urbana que passariam despercebidas na perspectiva de disciplinas de enfoque macro.

Palavras-chave: antropologia urbana; método etnográfico; circuitos e trajetos; Expedição São Paulo 450 Anos.

ABSTRACT

From a conventional view that circumscribes the anthropological investigation to small-scale populations and communities, this article raises the question of whether the ethnographic method can be successfully applied to the complex realities of contemporary metropolises. Therefore, we present some strategies developed by Urban Anthropology. Also, an ethnographic experiment allows us to conclude that it is possible – from a close-up and from-within perspective – to apprehend logics that would go unnoticed from the macro-approach of other disciplines.

Keywords: Urban Anthropology; ethnographic method; circuits and paths; São Paulo Expedition.

“Da porta da minha barraca podia ver o que acontecia no acampamento ou aldeia, e todo o tempo era gasto na companhia dos Nuer”

(Evans-Pritchard, 1978, p. 20).

“No meu passeio matinal pela aldeia podia observar detalhes íntimos da vida familiar – os nativos fazendo sua toalete, cozinhando, comendo; podia observar os preparativos para os trabalhos do dia, as pessoas saindo para realizar suas tarefas; grupos de homens e mulheres ocupados em trabalhos de manufatura. Brigas, brincadeiras, cenas de família, incidentes geralmente triviais, às vezes dramáticos, mas sempre significativos, formavam a atmosfera da minha vida diária, tanto quanto a da deles”

(Malinowski, 1976, p. 21) .

Se essas passagens de dois clássicos da antropologia descrevendo as condições de suas pesquisas – o primeiro junto a um povo nilota, na África Oriental, e o segundo, nas Ilhas Trobriand, na Nova Guiné – constituem a imagem canônica do trabalho de campo etnográfico, nada mais distante, então, da situação do antropólogo às voltas com questões e problemas característicos das grandes metrópoles contemporâneas: da janela de seu apartamento, que não raro se abre para a empena cega do edifício vizinho, certamente ele não teria diante de si o espetáculo da vida social em sua totalidade e muito menos em seus detalhes.

Outro autor de uma geração mais recente, também da tradição britânica, confirma:

“[...] defendo que os conhecimentos dos antropólogos sociais têm uma qualidade especial, devido à área onde exercitam sua imaginação artística. Essa área é o espaço vivo de alguma pequena comunidade de pessoas que vivem juntas em circunstâncias em que a maior parte de suas comunicações diárias depende diretamente da interação. Isto não abrange toda a vida social humana, muito menos abrange toda a história humana. Mas todos os seres humanos gastam grande parte das suas vidas em contextos dessa espécie” (Leach, 1989, pp. 50-1).

Pelo visto, é no ambiente da aldeia que os antropólogos se sentem mais à vontade para exercer seu ofício; daí, a inevitável indagação: podem eles, com os conceitos e instrumentos de pesquisa forjados ao longo dos estudos de sociedades de pequena escala – observação participante, contato direto com os nativos, foco de análise circunscrito em recortes empíricos bem limitados e definidos –, dar conta da complexidade que caracteriza as sociedades contemporâneas? Como estabelecer as mediações necessárias entre o trabalho de campo particularizado, minucioso, atento para cada detalhe com planos mais amplos? Em suma, poderão superar a tentação do “padrão aldeia” e assim articular a singularidade de seu objeto com outras variáveis da vida urbana, principalmente nas grandes e superpovoadas cidades contemporâneas?

Contudo, não são apenas os antropólogos que se perguntam se é possível dar conta da cidade, principalmente em escala metropolitana, com toda a sua complexidade. Jurgen Habermas, por exemplo, vai além e põe em questão o próprio conceito de cidade: num artigo em que discute a arquitetura no contexto da polêmica modernismo *versus* pós-modernismo, o filósofo, ao enumerar as frustradas tentativas da arquitetura moderna –

JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI é

professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU-USP) e de sua revista eletrônica *Ponto Urbe* (<http://pontourbe.revues.org>).

salvar o centro, manter a divisão entre quarteirões residenciais e comerciais, entre áreas verdes e de instalações industriais, organizar o tráfego, etc.¹ –, se questiona “se o próprio conceito de cidade não está ultrapassado”:

“As marcas da cidade ocidental, como Max Weber a descreveu, da cidade burguesa na Alta Idade Média europeia, da nobreza urbana na Itália do norte renascentista, da capital dos principados, reformada pelos arquitetos barrocos da casa real, estas marcas históricas confluíram em nossas cabeças até formarem um conceito difuso e multies-tratificado. Este pertence ao tipo identificado por Wittgenstein como parte dos hábitos e da auto-compreensão da prática cotidiana: nosso conceito de cidade liga-se a uma forma de vida. Esta, contudo, se transformou a tal ponto que o conceito dela derivado já não logra alcançá-la” (Habermas, 1992, p. 143).

O autor prossegue: “Enquanto um mundo abarcável, a cidade pôde ser arquitetonicamente formada e representada para os sentidos”, o que quer dizer que as funções sociais da vida urbana – nos seus aspectos econômicos, políticos, culturais, de práticas religiosas, da vida cotidiana no âmbito do morar, da recreação, da festa – podiam ser vivenciadas e percebidas num marco temporal e espacial claramente configurado. Contudo, já “no século XIX ao mais tardar, a cidade torna-se ponto de intersecção de relações funcionais de outra espécie”. As próprias estações ferroviárias, por exemplo, já não permitiam a apreensão do tráfego ao longo de suas linhas, muito diferente da “clareza com que outrora os portões da cidade sugeriam as ligações concretas com as vilas adjacentes e a cidade mais próxima”. A vida urbana é cada vez mais mediada por “conexões sistêmicas não configuráveis” e “as aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade ao qual, no entanto, se apegamos nosso coração” (Habermas, 1992, pp. 144, 145, passim).

1 Proposta que remete ao ideário da “Carta de Atenas”, em que Le Corbusier (1989) sintetiza os resultados do 4º Ciam (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933), considerado uma espécie de manifesto do chamado urbanismo racionalista.

Se o que Habermas tinha em mente para fazer tal tipo de questionamento é a cidade do século XIX – cujo protótipo mais celebrado é a Paris remodelada pelo barão Haussman, cantada por Baudelaire e descrita por Walter Benjamin –, que dizer das atuais metrópoles contemporâneas?

Esse conceito de cidade “ao qual se apegamos nosso coração”, ainda que sob tal suspeita, nunca deixou, contudo, de despertar o interesse de quantos se debruçaram para descrever suas particularidades, apreciar as novidades de seus mercados, descobrir os segredos de seus becos e vielas, perambular por suas avenidas, contemplar seus monumentos, cantar seus feitos ou analisar as mazelas e arriscar soluções. Desde o *flâneur* nas *Passagens de Paris*, passando pelos clássicos da Escola de Chicago, os urbanistas da Carta de Atenas, até autores mais contemporâneos, como David Harvey, Saskia Sassen, Oliver Mongin, entre tantos outros, a cidade, seja qual for sua escala, função, localização e posição no sistema global, continua sendo objeto de interesse, não obstante todos esses questionamentos.

Uma questão de fundo, porém, se mantém. É a que se infere, tendo em vista o contraste entre a clássica imagem da cidade descrita por Max Weber (1999) evocada por Habermas, e a cidade atual: aquela fundada pela *conjunctio* dos seus moradores num ato de usurpação contra o poder do príncipe ou do bispo, com suas atividades protegidas pelas novas regras nos limites murados do *forisburg*, e defendida pelos próprios cidadãos armados e, aqui, a escala das cidades contemporâneas com suas variáveis de tamanho, densidade, heterogeneidade, para ficar com os elementos da clássica definição de Louis Wirth (1973, p. 96). Que instrumentos e estratégias de análise podem dar conta de toda sua complexidade?

ABORDAGENS SOBRE A CIDADE

São muitas e diversificadas as abordagens sobre os rumos e as consequências do processo de urbanização em curso, e algumas delas ressaltam as diferenças entre as características, a escala e os problemas típicos das grandes cidades dos países subdesenvolvidos, em contraposição com a dinâmica urbana dos centros urbanos do Primeiro Mundo. Alguns enfoques, porém, mostram que,

não obstante as diferenças estruturais entre norte/sul, determinados tipos de cidades situadas em regiões desenvolvidas e suas congêneres nos chamados países emergentes apresentam características e funções assemelhadas².

É o que mostra Saskia Sassen (1998a, 1998b, 1999), por exemplo, com a expressão “cidades globais”, referindo-se ao papel que algumas delas ocupam numa economia altamente interdependente. Na condição de sedes de conglomerados multinacionais, polos de instituições financeiras, produtoras e/ou distribuidoras de determinados serviços, informações e imagens, configuram pontos de convergência da ampla rede conhecida como “sistema mundial”. Sua influência, dessa forma, faz-se sentir para além das respectivas fronteiras físico-administrativas e nacionais. Conceitos afins a esses, mas com conotações diferentes, são os de “cidades-regiões globais” (Scott et al., 2001) e “cidade mundial” (Borja, 1995), entre outros.

Nessa perspectiva, as questões são de outra ordem: todas essas cidades, em certa medida, possuem características semelhantes e não apenas pelas funções que exercem, mas pelos equipamentos e instituições que possibilitam seu exercício. Assim, uma “cidade global” é servida por uma rede de hotelaria de padrão internacional, por meios seletivos de transporte, além de sofisticadas agências de serviços especializados e empresas de informação de ponta.

Olivier Mongin (2009) retoma essa discussão e propõe outras distinções e uma nova tipologia, mais abrangente, no contexto do que denomina a terceira fase da globalização, caracterizada pela predominância dos *fluxos* em vez dos *lugares*. Num rápido retrospecto, distingue três fases desse processo: a primeira, em fins da Idade Média e do Renascimento, com o surgimento das “economias-mundo capitalistas”; a segunda, da sociedade que emerge da Revolução Industrial; e a terceira, a fase da passagem das “economias-mundo” em direção a uma “única economia-mundo”, a partir dos anos 1960, com base em novas tecnologias e na perda de importância do Estado como principal motor da política industrial.

2 As reflexões deste item têm como referência Magnani (2012, pp. 254-6).

Os processos de urbanização que empurram seus limites em virtude da predominância dos *fluxos* sobre os *lugares* caracterizam-se, segundo esse autor, por um tipo de crescimento que leva tanto ao fenômeno das “megacidades” como também ao das cidades com acesso privilegiado ao mundo ilimitado do virtual: são estas as “cidades globais”. A megacidade, ou “cidade-mundo” – cuja maior ocorrência se dá na Ásia, África e América Latina –, caracteriza-se pela extensão espacial e demográfica, enquanto a “cidade global (num sentido mais restrito que o de Sassen) é aquela conectada aos fluxos globalizados.

Entre ambas situa-se a “metrópole”, marcada pela presença de uma pluralidade de polos urbanos designados como *inner cities*, *suburban corridors*, *gated communities* e outros neologismos, cujos exemplos são encontrados na África do Sul (Pretória, Joanesburgo) e nos EUA (São Francisco, Indianápolis), entre outros. Lagos, Cidade do México e São Paulo, cidades gigantes, pertenceriam ao primeiro tipo, as “megacidades”, enquanto Londres, Tóquio e Nova York tipificam as “cidades globais”, aquelas que, na acepção de Sassen, constituem as novas centralidades da rede econômica globalizada, com um território bem circunscrito e protegido.

Concluo esta rápida apresentação de alguns enfoques contemporâneos sobre a metrópole reconhecendo que “a discussão sobre fluxos globais não é estranha à antropologia” (Magnani, 2012, p. 256). E prossigo:

“Há autores que enfatizam os efeitos homogeneizadores do sistema mundial sobre culturas locais, creditando tal influência à ‘grande narrativa da dominação ocidental’, conforme a expressão usada por Marshall Sahlins (1997, p. 15) para designar essa leitura. Nesse artigo, ‘O «pessimismo sentimental» e a experiência etnográfica’, o autor mostra, porém, com base em etnografias recentes, que não há uma só lógica nem uma única direção no fluxo transnacional por onde transitam pessoas, mercadorias e recursos. Não raras vezes esse intercâmbio termina fortalecendo costumes e instituições tradicionais num dos polos, aquele constituído pela longínqua aldeia de origem, e todo esse processo em suas múltiplas facetas é designado por

Sahlins como ‘indigenização da modernidade’” (Magnani, 2012, p. 256).

Eis aí uma pista para introduzir outra linha de análise, a da antropologia. No entanto, a questão da contribuição dessa disciplina especificamente para o entendimento da cidade como forma de assentamento contemporâneo, na escala das atuais metrópoles, passa por outras estratégias, como será mostrado a seguir.

O ENFOQUE ETNOGRÁFICO

Entrando já no campo específico da antropologia, aquela dúvida colocada mais acima – se seus pressupostos e métodos de trabalho a habilitariam ou não a essa tarefa – pode ser transformada em desafio, em hipótese de trabalho: quem sabe sua especificidade (o recorte micro, a atenção voltada para seus moradores, seus espaços de encontro, etc.) não seria justamente o diferencial para entender ao menos alguns dos meandros da dinâmica urbana? Para discutir essas questões e suas possibilidades, proponho retomar reflexões já delineadas em textos anteriores (Magnani, 1998; 2012) e repassar algumas das experiências de que participei, anos atrás.

Antes de mais nada é preciso estabelecer as diferenças entre o enfoque da antropologia em relação aos de outras propostas, como aquelas mostradas no item anterior. Como já foi afirmado, essa disciplina forjou seus instrumentos de pesquisa e seus quadros interpretativos ao longo de estudos sobre sociedades de pequena escala empregando métodos que supõem contato próximo com os atores sociais na trama de sua vida cotidiana – firmada em relações de parentesco, pontuada por rituais, sustentada por trocas com o meio ambiente, remetida a sistemas cosmológicos, etc. –, como foi sugerido nas duas citações que abrem este artigo.

O que se pretende é argumentar no sentido de que justamente essa especificidade é que torna o enfoque antropológico particularmente sensível para captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam ao largo de perspectivas voltadas para recortes de outra ordem.

Para deixar claro e marcar essas diferenças, propus (Magnani, 2002; 2012) denominar a pers-

pectiva da antropologia, baseada no método etnográfico, como um olhar “de perto e de dentro” em oposição à perspectiva “de fora e de longe”, característica do enfoque de outras disciplinas, que privilegiam variáveis de ordem macro – econômicas, demográficas, sociológicas, financeiras, etc.

O “olhar de perto e de dentro”, em contraposição, voltado para os processos do cotidiano, segue os atores sociais e dialoga com eles em suas escolhas e arranjos nos campos da religiosidade, trabalho, lazer, práticas associativas e outros âmbitos de seus modos de vida.

Se um dos perigos do “olhar de fora e de longe” é ficar no plano das generalizações, o do enfoque “de perto e de dentro” é não conseguir sair dos limites do recorte escolhido, onde se supõe que o antropólogo se sente mais à vontade: a “tentação da aldeia” é justamente imaginar a cidade como uma sucessão de unidades discretas. O desafio que se coloca, portanto, seria manter o rigor do enfoque antropológico articulando recortes precisos com o contexto em que se inserem: para enfrentar tal desafio, a antropologia lança mão de estratégias de pesquisa, constrói unidades de análise e recorre a marcos interpretativos de seu repertório.

Contudo, não pretendo expor aqui, mais uma vez, o proceder específico da antropologia diante do fenômeno urbano, já detalhado em outros trabalhos (Magnani, 2008; 2002; 2012). O que segue é o relato de uma aplicação, de forma mais livre, de sua metodologia, e que denominei “experimentos de inspiração etnográfica”: trata-se de inserções em campo de curta duração e em diálogo com o olhar de outras disciplinas.

EXPEDIÇÃO SÃO PAULO 450 ANOS, UMA VIAGEM POR DENTRO DA METRÓPOLE

Realizada durante a semana do aniversário da cidade, em janeiro de 2004, a expedição tinha como inspiração e referência uma outra iniciativa de que tomei parte juntamente com arquitetos, historiadores, museólogos e ambientalistas, em 1985, convidados pelo arquiteto Júlio Abe, que consistia numa caminhada pela cidade de São Paulo, seguindo os passos e o roteiro dos viajantes do século XIX.

A ideia inicial era cotejar as mudanças ocorridas nas edificações, nos equipamentos, na ocupação dos bairros e no traçado viário com a situação contemporânea, transformando as observações em notas a serem publicadas diariamente numa seção especial do *Jornal da Tarde*, do Grupo Estado. Uma das primeiras questões foi determinar os limites de um território com uma área de 1.525 quilômetros quadrados então ocupada por cerca de 12 milhões de pessoas. Nenhum edifício, nem mesmo os maiores de então – Martinelli e Banespa –, e nenhuma elevação natural, como o Pico do Jaraguá, ofereciam um ponto suficientemente alto de onde se pudesse abarcar a cidade em toda a sua extensão.

Apelou-se então para uma tecnologia de ponta na época, o satélite Landsat. Com base na foto tirada de sua posição, era possível visualizar os contornos da mancha urbana que se destacavam na paisagem. Foi esse contraste, aliás, que esteve na origem da proposta, de comparar as duas imagens: uma que retratava o quase vazio da paisagem oitocentista, e outra, emaranhada, densa, captada pela câmera do satélite. O desafio, então, foi atravessar essa mancha: Mogi das Cruzes e Itapevi, situadas nas bordas da Grande São Paulo, foram escolhidas, respectivamente, como o ponto de partida e o de chegada da expedição. O recurso à foto do satélite resolveu um problema técnico, mas colocou uma questão conceitual: a cidade é uma unidade de análise? Como definir, sociologicamente, suas partes constitutivas e seus limites? O que a define enquanto totalidade?

O assunto rendeu um bom debate; convém ressaltar que não se tratava, a rigor, de uma empreitada etnográfica. A dinâmica do exercício era outra. Além do curto período – uma semana, com um *timing* estabelecido de antemão –, contou com participação de profissionais de diversas áreas, incluindo pessoal de apoio e cobertura jornalística. Nada mais distante desse quadro que o formato clássico da pesquisa etnográfica com a observação participante, o longo convívio com os nativos e o isolamento necessário para a imersão no cotidiano da comunidade.

No entanto, uma expedição nesses moldes constituiu uma oportunidade de variar o enfoque e experimentar novas estratégias. Assim, a opção

foi uma caminhada ininterrupta, em que a parada para colher o depoimento de um informante era aproveitada para entrevistar outros; um contato feito por um dos membros da comitiva logo era compartilhado pelos demais, que, toda noite, no pouso previamente concertado, discutiam as impressões do dia. Numa perspectiva assim, em movimento e em equipe, existe a possibilidade de perceber detalhes e nuances que passariam ao largo numa abordagem pontual e personalizada, ainda que com mais profundidade.

Encarando a experiência desde essa perspectiva – uma espécie de “olhar em sequência” –, foi possível obter *insights* reveladores sobre a cidade, seus moradores e sua dinâmica. Em meio às muitas observações diárias, dei-me conta de uma (entre tantas) recorrências: o cardápio servido em boteco e restaurantes populares que, ao longo da extensa mancha urbana então percorrida, apresentava, com algumas variantes e complementos, a mesma estrutura. Uma tabuleta à porta dos estabelecimentos exibia: segunda-feira, virado à paulista; terça, bife à rolê; quarta, feijoada; quinta, frango com massa; sexta, peixe; sábado, feijoada, novamente.

À primeira vista um dado banal, mera curiosidade, de interesse, quando muito, apenas jornalístico; contemplado, contudo, no contexto da viagem, levantou um bom indício para se entender melhor o *ethos* dessa cidade. Uma primeira impressão foi a de segurança e familiaridade: onde quer que estivesse, o morador, na hora do almoço e longe de casa, não teria surpresas nem precisaria modificar uma dieta costumeira. Outra perspectiva de interpretação, diretamente ligada aos alimentos que compunham esse cardápio, apontava para a diversidade das origens da população desta cidade: caipiras, escravos, portugueses, italianos...

E, de um ponto de vista geral, essa observação era mais uma evidência que se contrapunha àquela imagem bastante difundida sobre a capital paulistana, expressa à exaustão na mídia e até em trabalhos acadêmicos: a do caos e da fragmentação, características que, ao lado da violência, da poluição, das dificuldades no trânsito e dos contrastes sociais, são arroladas para tipificar as megalópoles contemporâneas, principalmente as do Terceiro Mundo. No entanto, ali estava um detalhe para, ao

menos, sinalizar outra interpretação. Para além do quadro da desordem e da insegurança, um arranjo coletivo – não planejado, não consciente, situado no plano básico da alimentação – constituía um ponto de referência, evocando um dos tantos costumes plantados pelos diferentes segmentos formadores de sua população e construtores da própria cidade.

A ideia era boa para pensar tanto a diversidade cultural como a presença de polos aglutinadores e exemplos de permanências, ao longo da mancha urbana paulistana. Como não lembrar, a propósito, do exercício proposto em “O ‘Triângulo Culi-

e museologia, arqueologia e etnomusicologia, psiquiatria, artes e educação, com apoio de estagiários, cinegrafistas e equipe operacional³. Ao longo de dois eixos, sul/norte e leste/oeste, visitamos favelas, grupos de *rap* e *hip-hop*, clubes de futebol de bairro, escolas e núcleos de samba, locais de culto, telecentros e *lan-houses*, a Estação Ciência, na Lapa, a Bolsa de Valores, o IML (Instituto Médico Legal), a Galeria do Rock, o Edifício Copan, cooperativas e mercados, hortas comunitárias e postos de reciclagem, aldeias indígenas, parques e praças, centros culturais e associações (por exemplo, a sede da Orgulho GLBT e uma instituição de proteção à mulher vítima de violência, no bairro de Pirituba) e muitos mais.

A cidade foi vista de cima, de um moderno heliponto no topo do City Bank, na Avenida Paulista, e das bordas de uma cratera antiga, de 40 milhões de anos, produzida por um meteorito, em Vargem Grande, no extremo sul. Foram percorridas as entranhas do metrô, as avenidas do centro, ruas de bairros de classe média, alamedas de *campi* universitários, vielas de conjuntos habitacionais, trilhas de parques e até de quadras de cemitérios. Ao todo, foram 273 visitas, 58 horas de gravação de depoimentos, 80 horas de gravação de vídeo e 9 mil fotos – um vídeo e um livro (Magnani, 2004) contêm alguns desses registros.

Cratera de Vargem Grande

O que mais surpreendeu, porém, não foi essa lista certamente incompleta, mas o intercâmbio de funções: o clube de futebol que abriga uma escola, o cemitério que é apropriado como parque, o local de culto evangélico onde o *rapper* aprende a ler partitura musical, o espaço escolar que oferece lazer, o botequim que é sede de time de futebol, a associação de moradores onde se faz artesanato e serve de convivência para idosos, o vão do viaduto que abriga um ponto de reciclagem de lixo.

3 A expedição foi o resultado de uma parceria, em diferentes níveis, entre várias instituições: Secretaria Municipal da Cultura, Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, Expomus (Exposições, Museus, Projetos Culturais), Núcleo de Antropologia Urbana (NAU-USP), com patrocínio da Petrobras e apoio do Grupo Estado.



José Guilherme Cantor Magnani, 2004

Do alto do heliponto do City Bank, na Av. Paulista

nário” de Lévi-Strauss? Era uma pista que ganharia sentido mais consistente se tivesse continuidade numa pesquisa sistemática, aí sim, de caráter etnográfico – quem sabe para descrever os hábitos alimentares da população, em face, por exemplo, da recente proliferação dos restaurantes *fast-food*. Manteriam alguma continuidade com os cardápios dos botecos?

Diferentemente dessa experiência, na Expedição São Paulo 450 anos, Uma Viagem por Dentro da Metrópole, a escala agora era outra, pois formada por duas equipes de 30 profissionais de áreas as mais diversificadas, de ciências sociais a meio ambiente, urbanismo e arquitetura, história



José Guilherme Cantor Magnani, 2004

Cratera em Vargem Grande produzida por meteorito há 40 milhões de anos

Seus agentes sabem como operar essas passagens, abrindo caminho entre os meandros do poder público e das instituições privadas e até entre os ambíguos mecanismos da ilegalidade. Nesses casos, o que garante a inevitável negociação é aquele conjunto de condutas conhecido e divulgado, na periferia de São Paulo, como “procedimento”, termo que, juntamente com “lealdade” e “humildade”, compõe um código tipo *passé-partout*, que permite e regula não apenas o contato entre iguais, mas também a convivência e as trocas entre atores sociais separados por fronteiras infranqueáveis e sistemas de valores antagônicos.

A cada um dos participantes da expedição foi pedido um texto a partir de sua especialidade para compor o relatório final, que seria a base de um livro que reportaria os resultados da jornada. Quanto a mim, escolhi três instituições – o Instituto Médico Legal, uma linha do Metrô e a Cooperose (Cooperativa Peruense de Reciclagem e Coleta Seletiva), uma cooperativa de reciclagem de lixo – aparentemente sem nada em comum, procurando, contudo, destacar, por meio de uma leitura comparativa e contrastiva, uma das tantas lógicas que presidem a dinâmica desta cidade.

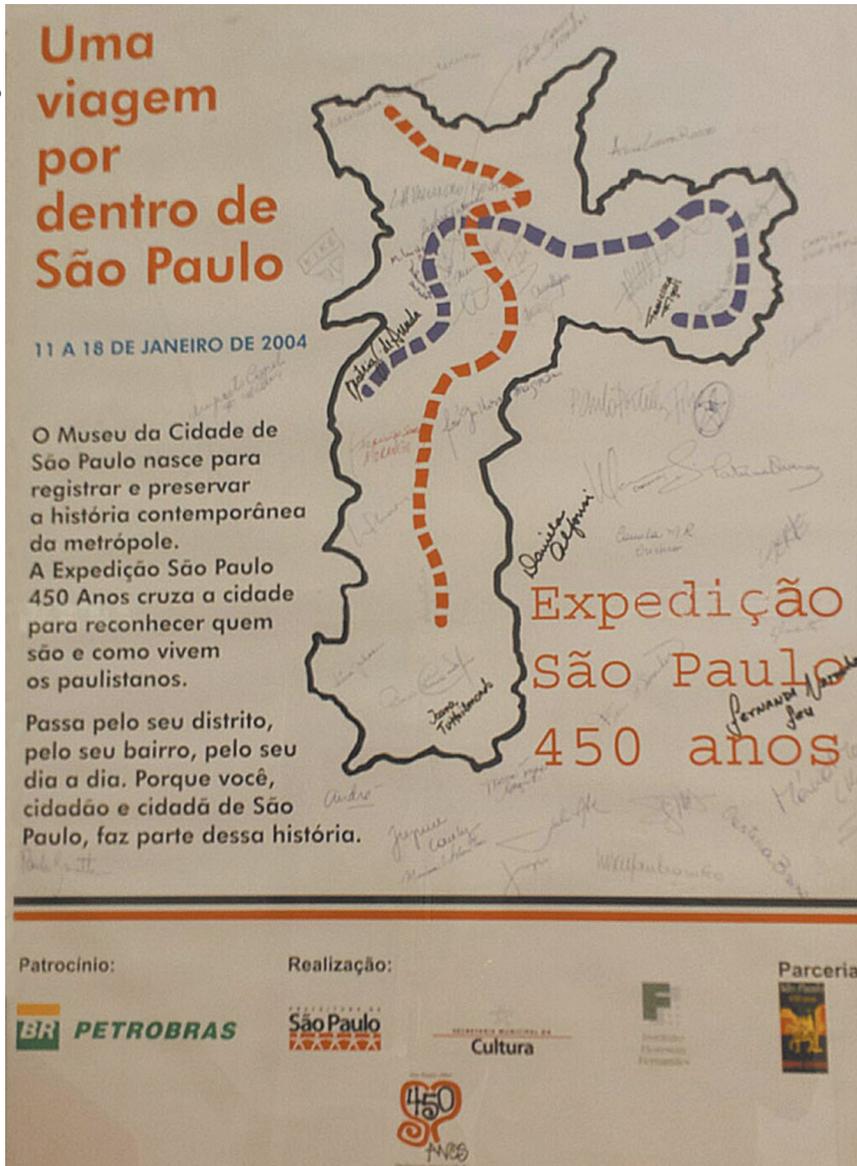
O que pode haver de comum entre o Instituto Médico Legal, o Metrô e uma cooperativa de reciclagem de lixo? Essa foi uma das questões que surgiram ao longo da Expedição São Paulo 450 Anos, experiência perturbadora para um antropólogo formado na tradição de trabalho de campo, em que a observação participante, o longo convívio com os nativos e o isolamento necessário para a imersão

no cotidiano da aldeia constituem condições básicas para a pesquisa etnográfica. Nada mais distante desse quadro que o formato de uma viagem de uma semana, num grupo interdisciplinar, com paradas de apenas um dia em determinados bairros, numa cidade das dimensões de São Paulo. No entanto, olhando a experiência a partir de uma nova perspectiva, pode-se, ao flagrar arranjos mais estruturais, soluções de longa duração, recorrências e regularidades, chegar a conclusões reveladoras sobre a cidade, seus moradores e sua dinâmica.

Foi, aliás, o que experimentei na primeira expedição, a de 1985 (o cardápio dos botequins e restaurantes populares, já citado). De certa forma, nessa segunda expedição, a oportunidade voltou a repetir-se. Não mais em função da culinária, mas agora a partir de um olhar de conjunto – mais uma vez – sobre três instituições aparentemente sem qualquer conexão entre si: o Metrô, o Instituto Médico Legal e uma cooperativa de reciclagem de lixo, a Cooperose. Pode parecer estranha essa escolha, principalmente diante da inesgotável variedade de experiências que pudemos apreciar ao longo da viagem – iniciativas culturais, associações comunitárias, locais de culto, “pedaços” ocupados por jovens, parcerias com o poder público, com organizações não governamentais e também com redes de ilegalidade – e que de certa forma constituíam um prato cheio para a pesquisa etnográfica. Afinal, não é isso que mais atrai a atenção dos antropólogos? O exercício que se impôs para a reflexão, contudo, foi em outra direção, sem deixar de lado, porém, a perspectiva antropológica: tratava-se de um fragmento que, lido em suas relações internas, talvez fosse capaz de oferecer uma pista para pensar ao menos um aspecto relevante do conjunto. Mas o que é que, afinal, as aproxima?

Nas três, deparei-me com profissionais conhecedores do seu ofício, responsáveis por serviços que, entre tantos outros, garantem o funcionamento da cidade, e todos eles muito conscientes da relevância de sua atividade. No Metrô, chamou a atenção o indisfarçável orgulho pelo domínio de uma tecnologia de alto rendimento, desenvolvida ali mesmo, em casa; orgulho também pela categoria – “o secretário dos Transportes é um metroviário”, afirmara um dos engenheiros que nos guiaram na

José Guilherme Cantor Magnani, 2004



Pôster da Expedição São Paulo 450 anos

visita –, o que evoca e mantém a longa tradição de seus antecessores, os trabalhadores da rede ferroviária. Do Centro de Operações Especiais (Vergueiro), até a seção de achados e perdidos (Estação Sé), passando pelo pátio de manutenção (Jabaquara) e, por fim, no interior da cabine do condutor de uma composição (trecho na linha norte-sul), pôde-se sentir a eficiência e segurança ancoradas na rotina dos procedimentos, precisão dos equipamentos e investimento no profissionalismo.

No Instituto Médico Legal, depositário de uma tradicional prática científica desde sua fundação, em 1885, com o intuito de fornecer bases técnicas

em medicina legal para o julgamento de causas criminais, a rotina de trabalho é fragmentar, classificar e documentar, para produzir uma evidência. O cadáver, cujas circunstâncias e causa de óbito são desconhecidas, é revestido de novo estatuto ao entrar nas dependências do instituto: passa a pertencer ao Estado, que se encarrega de restituir marcas de identificação e, nesse contexto, trata-o com a dignidade de um tema de investigação. Preparadores, peritos papiloscopistas, médicos patologistas, especialistas em antropologia física, em patologia forense, pediátrica, etc. têm como objeto de análise um material que apenas longinquamente guarda



Trem do Metrô de São Paulo

relação com o corpo trazido pelo camburão. Corpo que, no saguão de espera, é de um irmão, filho, colega. Ali, o clima é outro, de sofrimento, angústia e até revolta diante da burocracia para poder encerrar o caso com um outro tipo de dignidade, tão em falta na periferia de onde geralmente vêm aquelas pessoas. Dois universos, com regras e lógicas regidas por princípios diferentes e que apresentam uns poucos pontos de intersecção: um deles é o papel do poder público que, se está presente de forma competente no momento de produzir um conhecimento específico, prima pela ausência ou ineficiência na outra ponta, aquela que dá origem e sentido ao trabalho do IML; não é preciso permanecer muito tempo em suas dependências para verificar a origem social e procedência daqueles corpos.

Na Coopercose, que fica ao lado do aterro sanitário de Perus, Vilma Lúcia Pereira da Silva deu-nos uma verdadeira aula sobre os princípios que utiliza para identificar, classificar e separar aquilo que, aos olhos do leigo, é simplesmente lixo. Para ela, esse substantivo que designa um produto indiferenciado e homogêneo é renomeado como “reciclagem”. E assim, pela incorporação de novos termos – reciclagem, rejeitos, aparas – e novas ênfases, do produto para o processo, começa a ter visibilidade (e também dignidade) um novo serviço na metrópole. Decisiva, nesse processo, é a construção de um sistema classificatório próprio:

Vilma: “PET, PVC, PEAD, PEAD colorido ou leitoso, apara, tem o PS, tem o PP, tem o PP transparente, tem a manteiga, papel de primeira, papel de

segunda, papel branco, revista, jornal, acrílicos, os vidros. Porque tem que fazer a separação de caco, vidro, esse aí preto, tudo separado, as cores também. [...] Aí a gente identifica, aqui é PEAD, aqui é PET, aqui é óleo, aqui é manteiga. Aqui é a PET, só que tem três tipos esta PET, tem a PET esta, tem a PET azul e a verde. Aqui é também é um PEAD, mas como ele é outro tipo, ele vai separado. [...] Ah, a gente tem até uma tabela aqui, fica até mais fácil pra vocês” (Pereira, 2004).

Tabela de sabor estruturalista, na melhor tradição da “ciência do concreto” (Lévi-Strauss, 1976), pois, se lança mão de símbolos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para identificar diversos tipos de resinas e plásticos, recombina-os com qualidades sensíveis – o material de polietileno pode ser colorido/ leitoso/ transparente – e com a presença do próprio objeto: o pote de manteiga, apesar de tecnicamente ser de polipropileno, é identificado na tabela, direta e simplesmente, como “manteiga”. É com base nessa grade classificatória, na qual exemplares concretos reforçam, iconicamente, os termos da classificação, que se processa a análise e separação do material. Nos três casos, trata-se de um serviço essencial operado por profissionais, com base num discurso

Interior do IML





A tabela “estruturalista”

coerente, em procedimentos específicos e numa rotina de trabalho. A comparação entre as três instituições oferece múltiplos pontos de articulação e eixos classificatórios no interior de cada uma e entre elas: o nível do subterrâneo *versus* o da superfície; a rotina do técnico *versus* a expectativa do usuário; a rapidez do serviço consumido *versus* o cuidado em sua preparação. Só como exemplo: um dos termos em que se decompõe a dinâmica do IML – o clima de angústia e incerteza dos familiares que iam retirar os corpos, em contraste com os metódicos procedimentos nas dependências internas – é homólogo ao do usuário que procura a seção de achados e perdidos do Metrô, em busca de um documento, uma pasta, um pacote, itens que também podem ser encontrados no lixo.

Das três instituições, entretanto, a cooperativa de reciclagem é a mais reveladora na medida em que, inserida no quadro de relações paradigmáticas com as outras duas, permite apreciar, num contexto muito diferente e de forma bastante contrastiva, a presença de uma lógica semelhante. De certa forma a Coopercoze aproxima-se do IML em virtude do objeto sobre o qual trabalha (material em decomposição, indiferenciado); e do método – classifica, identifica, separa –, ainda que

opere sem instrumentos adequados, como luvas, uniformes e em contato direto com o lixo, a céu aberto. Sua fundamentação, entretanto, é mais atual: filia-se a um discurso amplamente reconhecido, o do ambientalismo e da qualidade de vida, presentes também na fala dos funcionários do Metrô.

Ademais, não é apenas nesse processo interno que se pode perceber a nova modalidade de uma prática até então estigmatizada pelo manuseio de elementos nos limites da linha puro/impuro, os rejeitos da sociedade de consumo: a cooperativa não é uma iniciativa isolada, intermitente. Luiza Maria Honorato (formada em magistério), que a organizou em 2000, disse que nesse período algumas cooperativas se uniram e criaram o Fórum Recicla São Paulo para discutir com a Prefeitura a viabilidade da implantação da coleta seletiva na cidade e lutar contra a instalação de um novo lixão em Perus. A Coopercoze faz parte de outras sete cooperativas só na região oeste de São Paulo e também de uma das nove Centrais de Triagem já inauguradas. Trabalhando, com prensa e balança, em dois turnos – uma turma das 6h às 14h e a outra, das 14h às 22h, e, no sábado, até às 14h –, processa 20 toneladas de material e assegura a seus 24 integrantes um ganho mensal em torno de 350 reais. A vizinhança já os conhece:

Alexandre: “Além disso, vocês pegam lixo aqui na região também, com os carrinhos. E esse lixo, já vem separado?”

Vilma: “Lixo, não; é reciclagem”.

Alexandre: “Certo, ‘reciclagem’”.

Vilma: “Este já vem separado. Esses que a gente vai pegar... o pessoal já tem consciência, a gente leva um saquinho preto daquele ali, entrega nas portas, porque ali já teve aquela conversa da coleta. Então já tem gente que já guarda diretamente pra gente. Aí vai com os bag grande, coloca no carro e traz. Este vem maravilha”.

Alexandre: “A maioria da população faz isso, já deixa separado?”

Vilma: “Por aqui faz”.

Guilherme: “Aqui tem mais consciência sobre a questão do lixo... ops, reciclagem... do que no centro da cidade?”

Vilma: “Aqui tem uma menina que faz educação ambiental, aí vai nas portas, por exemplo: eu vou na sua porta, aí eu converso, ‘eu sou da Cooperco-se, cooperativa de reciclagem, gostaria que você pudesse juntar sua reciclagem pra mim, aí eu deixo o saco na sua mão e tal dia eu venho pegar’. As pessoas vão fazendo isso e todo dia marcado a gente vai naquelas casas pegar. Aí, quando tem muitas casas, que a gente esquece, aí eles ligam pra cá: ‘você não vem pegar minha reciclagem?’” (Pereira, 2004).

Aí está. Sem a imponência do Metrô nem a vetustez do IML, a Cooperco-se, entretanto, pode, mesmo em sua precariedade e reduzida escala, ser incluída entre essas e outras instituições que garantem o funcionamento da cidade. Articulada a outras instâncias (poder público, mercado, redes de vizinhança), apresenta-se como um serviço que transforma não apenas sua peculiar matéria-prima, mas a atitude dos envolvidos, com uma postura que envolve divisão de trabalho, gestão, uso de sistemas classificatórios, educação ambiental.

Não se trata, evidentemente, de sobredimensionar essa atividade, nem de estabelecer comparações indevidas com as outras duas que, nos limites deste texto, entraram na posição de elementos de contraste. Mas não há dúvidas de que se está diante de um serviço que surge e se estrutura em resposta a uma nova necessidade, imposta pelo ritmo e escala da metrópole. A comparação entre essas três instituições, de objetivos, alcance e responsabilidade, diferenciadas, no contexto da cidade, acompanha o propósito mais geral, de identificar a presença de uma lógica que tem a ver com as dimensões e o *éthos* da metrópole. Mas em vez de uma sucessão de fragmentos – de pessoas, instituições e espaços – isolados e intransponíveis, cercados de muros e grades, pudemos entrar em contato com redes, circuitos, sistemas e arranjos coletivos operados por atores sociais que aprenderam a abrir caminho entre os meandros do poder público e das instituições privadas e até entre os mecanismos da ilegalidade. Essa constatação, contudo, não é fruto de um olhar ingênuo ou romântico.

A “dura realidade” estava em todo o percurso da expedição e não apenas como um vago pano de

fundo, mas impondo-se a cada momento, exigindo respostas dos moradores às condições de vida com que se deparam numa cidade que, dada sua escala e complexidade, constitui um imenso circuito de trocas (materiais, simbólicas e sociais) entre parceiros com as mais diversas e inesperadas especialidades, tradições culturais e experiências de vida: é daí que emergem todas as potencialidades desta São Paulo de 450 anos (Magnani, 2004)

CONCLUSÃO

Este texto, aqui retomado com pequenas alterações, foi publicado originalmente no livro *Expedição São Paulo 450 anos: Uma Viagem por Dentro da Metrópole* (Magnani, 2004), que traz os resultados da expedição de mesmo nome⁴. Apresenta uma mostra do olhar “de perto e de dentro” – ainda que não como resultado de uma pesquisa etnográfica *stricto sensu* – e, no espírito de um “experimento de inspiração etnográfica”, consistiu em uma escolha ditada pelas circunstâncias dessa expedição, que durou uma semana, em contato e diálogo com 30 profissionais de diferentes especialidades e um corpo de apoio técnico, percorrendo rotas nos sentidos sul/norte, leste/oeste.

Como foi dito, cada participante escreveu um texto a partir de sua área de atuação e, no meu caso, resolvi contrapor três fragmentos, procurando levantar, por meio de uma leitura contrastiva, algumas pistas sobre a lógica de instituições e equipamentos que garantem a dinâmica da cidade.

A rigor, no contexto e exigências de uma pesquisa etnográfica, cada um desses pontos – a sede do Instituto Médico Legal, a linha do Metrô percorrida e a cooperativa de reciclagem – deveria ser objeto de uma observação mais prolongada que possibilitasse identificar e descrever seus vínculos com outros pon-

4 Resolvi retomar esse texto porque é parte do livro que teve pouca divulgação, em razão de mudança de governo na prefeitura paulistana. A expedição foi feita durante o governo de Marta Suplicy, no contexto de um projeto mais amplo, o Museu da Cidade, mas o livro só ficou pronto no ano seguinte, já na administração José Serra, e o projeto do museu, tal como fora previsto, assim como a divulgação dos resultados da expedição não prosperaram.

tos do *circuito* em que se insere, na paisagem mais ampla da cidade⁵. No caso do IML, por exemplo, é de interesse seguir *trajetos* que o vinculam tanto a instituições como o Poder Judiciário e a polícia, de um lado, como em direção à periferia da cidade, locus de origem da maior parte das vítimas e seus familiares. É só nessa perspectiva que o cuidado no estudo de um “fragmento” não leva ao encerramento do observador nos limites de seu objeto de pesquisa, caindo na “tentação da aldeia”, já mencionada.

5 *Circuito* faz parte de uma família de categorias que inclui: *pedaço*, *mancha*, *trajeto* e *pórtico*. Para uma exposição mais pormenorizada dessas categorias, ver Magnani (2012, pp. 86-98). Cabe, contudo, uma rápida revisão: *pedaço* designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público (a rua), onde se desenvolve uma sociabilidade que instaura laços de pertencimento e exclusividade entre seus membros, em torno de determinados gostos, símbolos e práticas. *Manchas* são áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. Mais ancorada na paisagem, acolhe um número maior e mais diversificado de usuários viabilizando possibilidades de encontro e não relações de pertencimento, como no *pedaço*:

Na proposta aqui apontada, deixa-se de lado a cidade como unidade de análise, optando-se por privilegiar tanto a porosidade de suas fronteiras como a inter-relação de unidades definidas pela prática de seus habitantes: são *unidades de sentido* para eles e, ao mesmo tempo, unidades de *inteligibilidade* para o pesquisador, que as toma para seguir o *trajeto* dos atores sociais na paisagem da cidade e para além de seu perímetro convencional.

em vez da certeza, a mancha acena com o imprevisto, pois, ainda que sejam conhecidos o padrão de gosto ou pauta de consumo aí imperantes, não se sabe ao certo o que ou quem vai se encontrar. A noção de *trajeto* aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade ou no interior das manchas que levam de um ponto a outro através dos *pórticos*, marcos de transição na paisagem, pois configuram passagens: já não se está no pedaço ou mancha de cá, mas ainda não se ingressou nos de lá. Finalmente, *circuito* designa o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, espaços e equipamentos que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, de forma que a sociabilidade que possibilita – por meio de encontros, comunicação e manejo de códigos – é mais diversificada e ampla que na *mancha* ou *pedaço*.

BIBLIOGRAFIA

- BORJA, Jordi. "La Ciudad Mundial", in Regina M. Meyer; Marta D. Grostein (coords.). *Memória do Encontro Centro XXI: Preparatório do Seminário Internacional. Anais*. São Paulo, Associação Viva o Centro, 1995.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, [1940] 1978.
- HABERMAS, Jürgen. "Arquitetura Moderna e Pós-Moderna", in Otilia Arantes & Paulo E. Arantes. *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo, Brasiliense, [1081] 1992.
- LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo, Hucitec-Edusp, [1957] 1989.
- LEACH, Edmund. *A Diversidade da Antropologia*. Lisboa, Edições 70, [1982] 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo, Nacional, 1976.
- MAGNANI, José Guilherme C. *Festa no Pedço: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984 [3ª ed. Hucitec, 1998].
- _____. "De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 17, n. 49, 2002.
- _____. (org). *Expedição São Paulo 450 anos – uma Viagem por Dentro da Metrópole*. São Paulo, Secretaria de Cultura do Município de São Paulo/Instituto Florestan Fernandes, 2004.
- _____. *Da Periferia ao Centro: Trajetórias de Pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo, Terceiro Nome, 2012.
- MAGNANI, J. Guilherme C. & TORRES, Lilian. *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana*. 3ª ed. São Paulo, Edusp/ Fapesp, [1996] 2008.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, [1922] 1976.
- MONGIN, Olivier. *A Condição Urbana: a Cidade na Era da Globalização*. São Paulo, Estação Liberdade, [2005] 2009.
- PEREIRA, Alexandre B. "Relatório Expedição São Paulo 450 Anos". São Paulo, Museu da Cidade, 2004.
- SAHLINS, Marshall. "O 'Pessimismo Sentimental' e a Experiência Etnográfica: Porque a Cultura Não É um 'Objeto' em Via de Extinção", in *Mana*, 3 (1 e 2), pp. 103-150 e 41-73, 1997.
- SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998a.
- _____. "Megalópoles Serão Capitais Globais, Diz Socióloga", in *O Estado de S. Paulo*, 29 de outubro de 1998 b, p. 24. Entrevista disponível para assinantes em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19981029-38362-nac-0024-cid-c4-not/busca/Sassen>>.
- _____. "O Renascimento das Cidades na Era da Nova Economia", in *Entrevistas com Especialistas em Management e Tendências de Tecnologia desde 1995*. Disponível em: <<http://www.janelanaweb.com/manageme/saskia.html>>. (1999)
- SCOTT, Allen J. et al. "Cidades-regiões Globais", in *Espaço & Debates*, 41, ano XVII, 2001, pp. 11-25.
- SIMMEL, Georg. "A Metrópole e a Vida Mental", in Otávio Guilherme Velho. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, pp.11-25.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Brasília, UNB, 1999.
- WIRTH, Louis. "O Urbanismo como Modo de Vida", in Otávio G. Velho. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, [1938] 1973.